

**PROJETO DE LEI N<sup>o</sup> \_\_\_\_\_, DE 2009**  
**(Do Sr. Edinho Bez)**

Regula a profissão de árbitro de futebol.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A profissão de árbitro de futebol é reconhecida e regulada por esta Lei.

Art. 2º Árbitro de futebol é a pessoa física que, sem relação de emprego, dirige as atividades desportivas disciplinadas pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, destacando-se aquelas inerentes ao arbitramento de partidas de futebol, aplicando as regras nacionais e internacionais pertinentes.

Art. 3º O Código de Ética da arbitragem de futebol deverá estabelecer os deveres a serem observados pelos árbitros de futebol, e será elaborado pelo respectivo conselho de fiscalização profissional.

§ 1º A arbitragem profissional é privativa dos profissionais de educação física, de que trata a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, com habilitação específica ou curso de especialização em formação para arbitragem de futebol.

§ 2º O exercício da arbitragem de futebol implica regime de dedicação profissional exclusiva, proibido o exercício de quaisquer atividades particulares remuneradas, exceto as relativas ao ensino e à difusão cultural do futebol e da arbitragem.

§ 3º Compete também ao respectivo conselho de fiscalização profissional baixar regulamentos pertinentes ao exercício da arbitragem de futebol, devendo prever, entre outros temas, a prática regular de preparação física e constante atualização quanto às técnicas de arbitragem,

além de conhecimento dos regulamentos nacionais e internacionais pertinentes às regras estabelecidas para o futebol.

Art. 4º Fica assegurado aos atuais árbitros de futebol, que não satisfaçam os requisitos estabelecidos por esta Lei, o direito de continuarem exercendo suas atividades profissionais.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata este artigo devem providenciar a satisfação das qualificações profissionais que esta Lei estabelece no prazo de cinco anos a partir de sua vigência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após a instituição do órgão fiscalizador do exercício da profissão de árbitro de futebol.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O futebol, cada vez mais, está em ritmo irreversível de profissionalização. Os jogadores são profissionais, os clubes são profissionais, a imprensa divulgadora dos espetáculos é profissional etc. Todavia quem conduz os espetáculos é amador, geralmente fazendo da arbitragem atividade secundária, complementar, razão pela qual estamos sugerindo que esse mister ocorra em regime de dedicação profissional exclusiva, proibido o exercício de quaisquer atividades particulares remuneradas, exceto as relativas ao ensino e à difusão cultural do futebol e da arbitragem.

Dessa situação tem resultado avaliações questionadoras das atuações dos árbitros, ora pela ineficiência, por ausência de competência técnica, ora pela ausência de preparação física adequada, entre outros males.

O fato de se exigir a graduação em Educação Física, como um dos requisitos para o exercício profissional da arbitragem, leva em conta que esse saber é o mais adequado ao caso, além de já se poder contar com os respectivos conselhos profissionais fiscalizadores.

Outros requisitos podem e devem ser exigidos, como a prática regular de preparação física e constante atualização quanto às técnicas de arbitragem, além de conhecimento dos regulamentos pertinentes às regras estabelecidas para o futebol (FIFA, CBF etc.). No entanto é o regulamento que deverá estabelecer detalhadamente essas qualificações profissionais.

Para aqueles que já exercem há mais de 5 anos a arbitragem de futebol e não atendem os requisitos que a lei estabelece, assegura-se o direito adquirido à continuidade de suas atividades de arbitragem, só que, a partir da lei, de forma profissional e não amadora, e, ainda assim, tendo o prazo também de um quinquênio para buscarem a devida qualificação profissional a partir da vigência da norma.

É sabido de todos que a vinculação entre os árbitros de futebol e as entidades de prática desportiva futebolística não se dá pela via do contrato de trabalho, mas pela esporádica prestação de serviços, razão pela qual o art. 2º deixa clara que não se trata de relação de emprego regida pela legislação consolidada.

De modo algum esta proposição legislativa afasta a atuação dos atuais sindicatos e associações de árbitros, que têm por missão constitucional defender os interesses da respectiva categoria profissional. Já aos Conselhos de Fiscalização deve ficar a precípua competência de fiscalização do exercício profissional, para afastar, inclusive, o exercício por quem não tenha a devida habilitação, como forma de preservar o interesse público, nesse caso materializado pela defesa do futebol na condição de manifestação cultural (patrimônio cultural).

Indiscutivelmente, o futebol é patrimônio cultural brasileiro (interesse público evidente), o que, por si só, justifica a possibilidade de restringir o acesso ao exercício profissional da arbitragem, pelo estabelecimento de qualificações profissionais, entre as quais a graduação em Educação Física.

Em defesa do futebol, patrimônio cultural brasileiro, esperamos contar com o necessário apoio de nossos ilustres Pares, no sentido de aprovarem este projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2009.

**Deputado EDINHO BEZ**

---

2009\_15100